

FEMINISMO, INTERSECCIONALIDADE E DECOLONIALIDADE NO DIÁLOGO ENTRE *QUARTO DE DESPEJO* E *CARTAS A UMA NEGRA*

Feminism, intersectionality and decoloniality in the dialogue between *Quarto de despejo* and *Cartas a uma negra*

Waldimiro Maximino Tavares César¹
<https://orcid.org/0000-0002-2795-9719> 

Elis Regina Fernandes Alves¹
<http://orcid.org/0000-0002-2795-8062> 

Gabriela Gomes Reis¹
<https://orcid.org/0000-0002-3042-4088> 

¹Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Letras, Humaitá, AM, Brasil.
69800-000 – ieaa@ufam.edu.br

Resumo: O presente artigo objetiva analisar o diálogo entre a autora brasileira Carolina Maria de Jesus (1914- 1977) e a martinicana Françoise Ega (1920-1976), buscando compreender, por meio do viés feminista decolonial, os processos interseccionais de exclusão e silenciamento sofridos por elas. A partir da publicação de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, a autora negra, favelada e catadora de papel Carolina Maria de Jesus causou enorme impacto, em sua época, sendo traduzido para catorze idiomas. Uma dessas traduções, mais precisamente um pequeno resumo de *Quarto de Despejo* traduzido para o Francês, chega às mãos de Françoise Ega, uma antilhana que foi para a França durante a Segunda Guerra Mundial. Nessa leitura, Ega não somente encontra identificação projetiva nas palavras de Carolina, como vislumbra também o cotidiano de muitas de suas companheiras imigrantes caribenhais, originando-se, daí, o livro *Cartas a Uma Negra*. Os resultados obtidos deste estudo apontaram para a necessidade de analisar obras de autoras afro-americanas não só pelo aspecto interseccional, mas também sob a ótica da decolonialidade, devido às singularidades de suas histórias de vida e escrita. Como aporte teórico, foram utilizadas obras, no âmbito da crítica literária feminista, de Akotirene (2019), Crenshaw (1989), Collins e Bilge (2020), Davis (2016), entre outras.

Palavras-chave: *Quarto de Despejo*; *Cartas a Uma Negra*; Interseccionalidade; Feminismo decolonial.

Abstract: This article aims to analyze the dialogue between the Brazilian author Carolina Maria de Jesus (1914-1977) and the Martinican Françoise Ega (1920-1976), searching to understand, under the decolonial feminism optics, the intersectional processes of exclusion and silencing suffered by them. From the publication of *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, the black, poor, paper picker and writer Carolina Maria de Jesus caused a huge impact at her time, being translated into fourteen languages. One of these translations, more precisely a *Quarto de Despejo*'s short version

translated to French, comes to Françoise Ega's hands, an Antillean woman who moved to France during the Second World War. In this reading, Ega not only finds projective identification in Carolina's words, but also contemplates the daily life of many of her fellow Caribbean immigrants, thus, originating the book *Cartas a Uma Negra*. The results from this study pointed to the need to analyze works by African-American authors not only under the intersectional aspect, but also from the perspective of decoloniality, because of the singularities of their life stories and writing. As a theoretical contribution, works were used, within the scope of the literary feminist criticism, by Akotirene (2019), Crenshaw (1989), Collins and Bilge (2020), Davis (2016), among others.

Keywords: *Quarto de Despejo; Cartas a Uma Negra; Intersectionality; Decolonial feminism.*

Introdução

Enquanto categoria conceitual, a interseccionalidade consiste em um termo que vem adquirindo cada vez mais proeminência nos âmbitos relativos às pesquisas e discussões acadêmicas, não sendo diferente no Brasil. Como nome, ganhou concretude e força quando foi criado pela jurista afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw¹, em 1989. A autora, a posteriori, elaborou algumas das mais relevantes considerações teóricas sobre esse conceito. Suas pesquisas acerca do assunto, presentes em parte significativa de sua obra, têm, como elemento basal, a interseccionalidade como um ponto de análise dos fatores convergentes, como raça e classe, relativos à segregação, marginalização e exclusão social sofrida pelas mulheres negras, ao longo da História. A importância da criação e sedimentação desta vertente teórica, para fins de investigação e compreensão de modos diversos de opressão simultânea, revela-se bastante pontual e eficiente quando se trata de avaliar, de forma epistemológica, possibilidades, esferas e proposições que possam alcançar um prisma que compreenda outras divisões estruturais do fenômeno, além do gênero. Para este intento, mostrou-se urgente a ruptura com um modo unilateral de estudo, sendo esta uma das contribuições mais providenciais e efetivas aos estudos sociológicos dos processos discriminatórios, dos quais a mulher negra é vítima, que utilizam a teoria da Interseccionalidade.

Partindo do fato de que as autoras das obras em análise no presente estudo são de genealogia afro-americana, sendo Carolina Maria de Jesus (*Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, 1960) nascida no Brasil e Françoise Ega (*Cartas A Uma Negra*, 1978, tendo sido traduzida e lançada no Brasil, pela primeira vez, em 2021) da Martinica, é necessário evidenciar que, além das teorias analíticas derivadas dos estudos interseccionais sobre os processos de segregação feminina negra, importa a contemplação investigativa da Interseccionalidade, nesse contexto, sob a perspectiva do Feminismo Decolonial como aporte teórico.

Nessa conjuntura, o Feminismo Decolonial mostra-se apropriado por estar sedimentado em um conceito que atua como crítica incisiva de intelectuais e ativistas feministas latino-americanas e caribenhais à visão eurocêntrica do feminismo, cujo objetivo

¹ A obra de Krenshaw, *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*, publicada originalmente em 1989, foi traduzida para o Português Brasileiro por Lélia González, em 2020.

primordial reside na elaboração e desenvolvimento de um pensamento feminista decolonial focado no estudo, na interpretação e na visibilidade dos processos históricos de dominação e resistência das mulheres do Hemisfério Sul do globo, particularmente das mulheres negras, indígenas, lésbicas, mulheres tornadas periféricas, agregando à sua composição a necessidade de estudar a ancestralidade de mulheres em diáspora, de origem ou ascendência africana, que vivem em países do “Terceiro Mundo”, hoje chamados de “países em desenvolvimento.” Entre as diversas escritoras que se dedicam ao estudo dessa questão, está Françoise Vergès, com *Um Feminismo Deocolonial* (2020) e, no Brasil, Carla Akotirene, com *Interseccionalidade* (2019), cujo primeiro capítulo, *Cruzando o Atlântico em Memória da Interseccionalidade*, é dedicado ao tema.

Entre os elementos interseccionais convergentes em *Quarto de Despejo* e *Cartas a Uma Negra*, os mais notáveis encontram-se nas questões concernentes às relações de poder ligadas aos fatores pertinentes à raça, classe e ao gênero que formam um amálgama cujo resultado é a opressão à qual as autoras são sujeitas, guardadas as devidas diferenças cotidianas de suas vidas. Por meio da perspectiva do Feminismo Decolonial, este artigo pretende analisar a interseccionalidade contida nas obras em estudo, como também, através do diálogo entre elas, as bases que têm mantido sólida a estruturação que fortalece as desigualdades sociais persecutórias e excludentes, mesmo em meio à pluralidade cada vez mais presente e tão urgente de atenção, vez e voz, da época de lançamento dos livros à contemporaneidade.

Pautado na divisão epistemológica de suas partes como procedimento metodológico necessário à estruturação deste artigo, foi elaborado um plano cujo desenvolvimento consiste na seguinte sequência: busca e revisão bibliográfica pertinente à temática do estudo, considerações sobre a interseccionalidade convergente, aparente na interlocução entre *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, e *Cartas a Uma Negra*, de Françoise Ega, sob a ótica feminista advinda do conceito de decolonialidade. Como ponto de análise, a construção teórica será alicerçada na obra de autoras ligadas ao estudo da Interseccionalidade, bem como do Feminismo Deocolonial, como Carla Akotirene (2019), Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), Kimberle Crenshaw (1989), Angela Davis (2016), Françoise Vergès (2020), entre outras.

A Obstinação da Sobrevivência no *Quarto de Despejo*

O livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* foi publicado, pela primeira vez, em 1960. Originalmente concebido como um conjunto de 20 blocos de anotações que narram as vivências diárias de Carolina Maria de Jesus (1914 – 1977), negra, favelada, com quase nenhuma instrução formal, catadora e mãe solo de três filhos, a obra foi descoberta por intermédio de Audálio Dantas, jornalista que visitou, em 1959, a Favela do Canindé, onde morava Carolina, na cidade de São Paulo, interessando-se pela história da autora. Alguns anos após a publicação do livro, ainda em meados da década de 60, a comunidade foi

desapropriada, dando espaço à Marginal Tietê². Seu eixo temático é delineado pelo relato da desumanidade que permeia as dificuldades enfrentadas por Carolina Maria, bem como na obstinada busca pela sobrevivência e sustento de seus filhos, tendo a fome e a falta de recursos essenciais à dignidade que deveria caracterizar qualidade de vida de todo ser humano, como acesso à saúde, instrução escolar qualitativa, urbanização de sua comunidade, saneamento básico e segurança, como elementos de foco narrativo. A sinceridade desconcertante dos relatos, aliada ao uso singularmente honesto de recursos linguísticos variados, próprios da constituição de vida da escritora, refletem a riqueza não só empírica, mas também subjetiva da visão de mundo de Carolina, conferindo ao livro força, veracidade e enorme originalidade, no âmbito do fazer literário.

Estruturado em forma de diário, *Quarto de Despejo*, por essa razão, desde seu lançamento, estava fadado a ser alvo de preconceitos e categorizações depreciativas por parte da crítica literária, canônica, já que, conforme Moisés (1974, p. 148) “diários íntimos carregam interesse literário, posto que restrito”. Devido a seus componentes de natureza autobiográfica, à época da descoberta de Carolina, diários eram vistos, por serem associados à escrita feminina e delimitada ao âmbito doméstico, somente como uma subcategoria do discurso. Ainda na esfera da produção literária autobiográfica, Lejeune (1998), postula que a relação de identidade entre autor, narrador e personagem, em qualquer tipo de escrita, é elemento primordial de uma escrita autobiográfica, consubstanciada no pacto autobiográfico.

No âmbito autobiográfico, Carolina Maria de Jesus caracteriza a escrita de sua obra mais conhecida com a franqueza crua, dispensando qualquer tipo de dispersão semântica, construindo a exibição de seu cotidiano com vivacidade paralisante. De acordo com a escritora, “é preciso conhecer a fome, para saber descrevê-la” (JESUS, 2014, p. 26). Ainda que o trabalho causticante consuma seu dia-a-dia, Carolina frisa que a fome, assim como a falta de dinheiro para comprar comida, é o elemento que mais se sobressai em sua vida, onde “a tontura do álcool nos impede de cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago.” (JESUS, 2014, p. 45)

De acordo com Genette (1980), a narrativa, em *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, pode ser definida como autodiegética, onde os acontecimentos estão atrelados ao ponto de observação e descrição das experiências da autora, embasada nas privações impostas pela pobreza e falta de condições para uma vida melhor, bem como nas relações de coexistência e interação pessoal entre os moradores da comunidade onde habita. A rotina diária é contemplada a partir do ponto de vista daquela que está sujeita à opressão contínua, multilateral, mas que, nem diante de todas as dificuldades, deixa de alimentar esperanças de que ocorram transformações que acarretem melhores oportunidades de sobrevivência para si e os seus.

Segundo Heller (2004), a obra perpassa por uma trajetória de denúncia acerca de um

² Informação retirada da apresentação de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, contida na edição de 2014.

contexto de vida sádico, cruel e espantosamente atemporal, que expõe questões que, ainda na atualidade, se mostram presentes em grandes centros do país e que não afetam somente a identidade de um sujeito, como também a identidade coletiva do humano genérico.

No que tange ao espaço e tempo onde se dão os acontecimentos relatados por Carolina Maria de Jesus, compreendem a Favela do Canindé, na capital do Estado de São Paulo, entre os anos de 1955 e 1960, sendo a favela ilustrada pela escritora por meio do uso de uma analogia com o termo “quarto de despejo”, expressão metafórica que aparece, ao longo do texto, de forma frequente, descrita como uma concretização do inferno: “Cheguei ao inferno. Devo incluir-me, porque eu também sou da favela. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo.” (JESUS, 2014, p.33).

A respeito de sua condição, como também a dos outros moradores da favela do Canindé, Carolina é incisiva:

Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginal. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos. (JESUS, 2014, p. 45)

Por conta da variedade linguística apresentada na obra, originária de sua vivência empírica e mesclada com a leitura de obras de autores da literatura canônica (Castro Alves e Casimiro de Abreu, por exemplo) encontradas nos lixões durante sua rotina de trabalho, Carolina Maria foi alvo de críticas depreciativas e desrespeitosas, por parte de um cânone literário majoritariamente elitizado, masculino e branco. As alegações residiam no fato de que faltavam elegância e erudição em sua escrita, não sendo esta “adequada” à Literatura, esfera na qual, segundo Leite (2022), a relação entre o preconceito e o discurso pode atuar como um recurso que alicerça formas de banimento. Isso ocorre quando as particularidades de um indivíduo, especialmente quando este é social e economicamente desfavorecido, são sobrepostas aos seus atos de fala como um instrumento de relevância para análise e debates acerca das desigualdades sociais. Dessa forma, utiliza-se a linguagem de quem não possui privilégios socioeconômicos como pretexto para a minimização e a marginalização dos considerados “não apropriados” ao uso do discurso como forma de expressão. Sobre o preconceito linguístico como mecanismo de exclusão:

O preconceito linguístico é tanto mais poderoso porque, em grande medida, ele é invisível, no sentido de que quase ninguém se apercebe dele, quase ninguém fala dele, com exceção dos raros cientistas sociais, que se dedicam a estudá-lo. Pouquíssimas pessoas reconhecem a existência do preconceito linguístico, que dirá sua gravidade como um sério problema social. E quando não se reconhece sequer a existência de um problema, nada se faz para resolvê-lo. (BAGNO, 2009, p. 23-24).

Essa postura excludente, alicerçada no preconceito linguístico como meio de

banimento do cânone literário, acarretando a falta de reconhecimento das obras posteriores de Carolina Maria de Jesus, composta por títulos como *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1961), *Pedaços da Fome* (1963) e *Provérbios* (1965), certamente, está mais atrelada a fatores interseccionais do que aos literariamente estéticos propriamente ditos, conectada aos processos discriminatórios sofridos pela escritora devido à composição e projeção de sua figura, em esfera social: mulher, negra, com pouco estudo, favelada, catadora e mãe solo, sendo o preconceito linguístico derivado do machismo e racismo estruturais contemporâneos à Carolina Maria de Jesus, utilizados como viés interseccional de sua não aceitação no ambiente literário, de afastamento. Afinal, ela trouxe à luz, tendo como cenário a favela onde ela e seus filhos moravam, questionamentos e debates de suma importância para o enfrentamento do silenciamento dos menos favorecidos. Tais questionamentos são relativos aos vários modos de exclusão social e fizeram com que as discussões sobre as temáticas retratadas na obra ganhassem alcance midiático.

Carolina Maria de Jesus, em sua obstinação não só pela sobrevivência, mas também por sua luta para conquistar vez, voz e lugar na sociedade excludente de sua época, sustentou, com altivez e transparência, a dureza da realidade marginalizada da qual fazia parte. Segundo Toledo (2010), Carolina fez literatura de negros, escrita feminista, de linguagem única, provou a opressão social e a negligência dos direitos humanos, colocando-se como exemplo vivo da diferença.

Cartas a Uma Negra: o diálogo idealizado com Carolina Maria

A obra *Cartas a Uma Negra*, da autora e ativista Françoise Ega (1920 – 1976), nascida na Martinica, é o primeiro livro da escritora a ser traduzido para o Português, sendo lançado em 2021, no Brasil. Publicado originalmente em 1978, de forma autodiegética, tomando como base estrutural o gênero epistolar, haja vista que o livro se trata de um conjunto de cartas escritas entre Maio de 1962 e Junho de 1964, Françoise Ega, mulher, negra, moradora da periferia de Marselha (França) e trabalhadora doméstica, almeja, por meio das missivas, contatar outra também autora negra: a brasileira Carolina Maria de Jesus. Sobre a função da epístola como expressão identitária, Foucault afirma:

Ela [a carta] é alguma coisa mais do que um adestramento de si mesmo pela escrita, através dos conselhos e advertência dados ao outro: constitui, também, certa maneira de se manifestar para si mesmo e para os outros. A carta torna o escritor ‘presente’ para aquele a quem ele a envia. E presente não simplesmente pelas informações que ele lhe dá sobre sua vida, suas atividades, seus sucessos e fracassos, suas venturas e desventuras; presente como uma espécie de presença imediata e quase física [...]. Escrever é, portanto, ‘mostrar-se’, se expor, fazer aparecer o seu próprio rosto perto do outro. E isso significa que a carta é, ao mesmo tempo, um olhar que se lança sobre o destinatário (pela missiva que ele recebe, se sente olhado) e uma maneira de se oferecer ao seu olhar através do que lhe é dito sobre si mesmo. A carta prepara de certa forma um face-a-face. (FOUCAULT, 2006, p. 155-156).



Por meio de reportagens contidas em uma revista francesa que lia no ônibus, durante o trajeto para o trabalho, Françoise Ega conheceu e se identificou com a história de Carolina Maria de Jesus, tendo essa diversos pontos de convergência com a sua própria: negra, pobre, moradora da periferia, além da semelhança entre os nomes de ambas, devido a seu prenome: “Eu também me chamo Marie, como você...” (EGA, 2021, p. 7).

Quanto ao contato direto com *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, é relevante frisar que Françoise Ega não chegou a ler efetivamente o livro por legítimo interesse pela obra, fato explicitado na epístola que abre *Cartas a Uma Negra*, intitulada “Maio de 1962”. A narradora assegura que os leitores de Carolina Maria de Jesus o fizeram por mera curiosidade, enquanto, por messe motivo, ela nunca a leria, já que conhecia todas as dores, privações e exclusões sofridas pela autora brasileira. A declaração de Françoise Ega revela que a autora leu Carolina Maria de Jesus através do periódico francês anteriormente citado, não pela obra em si, mas pela força de suas palavras. Em suma, a escritora antilhana se deu conta de que ela e a autora brasileira eram unidas pelas semelhanças de suas vidas, marcadas por trabalho duro e situação de vulnerabilidade social e econômica.

Como ponto importante de foco narrativo, Françoise Ega evidencia as questões tangentes à vida diária como trabalhadora doméstica, colocando em posição de destaque a indiferença no tratamento que lhe é reservado pelos patrões e seus filhos: “Quinze dias se passaram e ninguém me perguntou como eu me chamava nem pediu a minha carteira de identidade, é incrível!” (EGA, 2021, p. 5). Nesse âmbito, Françoise Ega retrata a si mesma na condição de escritora que, de forma precisa, é afetada pelas violências, sejam elas implícitas ou notórias, contidas nas relações de poder configuradas por seu contexto cotidiano: mulher, negra, de origem antilhana, que luta pela sobrevivência por meio do serviço doméstico em Marselha, uma grande cidade na França.

Mesmo tendo em Carolina Maria de Jesus a leitora ideal, as cartas de Ega nunca chegaram a ser lidas pela pretendida destinatária. De forma idealizada, pontilhada por discreto lirismo, a obra narra o encontro entre as duas autoras por meio da sororidade que brota da convergência dos fatores opressivos que permeiam suas histórias de vida. Sobre essa identificação que levou Françoise Ega a uma relação de enunciação, ainda que não concretizada, com Carolina Maria de Jesus, Bakhtin (2010) afirma que o enunciado é de natureza responsiva, consistindo em um instrumento preparatório para a resposta, não importando qual seja o modo como ou se esta ocorrerá.

Pertinente a essa conjectura, por não ter formulado um conceito hermético, sistematizado, em sua definição de “leitor modelo”, como também não o fez, no que tange às possibilidades de seu alcance pela enunciação do autor, Umberto Eco afirma:

Não se sabe exatamente de que maneira a obra poderá ser levada a termo, mas sabe que a obra levada a termo será, sempre e apesar de tudo, a sua obra, não outra, e que ao terminar o diálogo interpretativo ter-se-á concretizado uma forma que é a forma, ainda que organizada por outra de um modo que não podia prever completamente: pois ele, substancialmente, havia proposto algumas possibilidades já racionalmente organizadas,

orientadas e dotadas de exigências orgânicas de desenvolvimento. (ECO, 1971, p. 62).

Dessa forma, para compreender a interlocução idealizada por Ega com Carolina, a primeira definição que adquire relevância basal é a de leitor implícito que, segundo Iser:

Encarna todas as predisposições necessárias para que a obra literária exerça seu efeito – predisposições fornecidas, não por uma realidade empírica exterior, mas pelo próprio texto. Consequentemente, as raízes do leitor implícito como conceito são implantadas firmemente na estrutura do texto; trata-se de uma construção e não é um absoluto identificável com nenhum leitor real. (ISER, 1979, p. 36).

No que tange aos pontos de convergência existentes entre o diário de Carolina Maria de Jesus e o conjunto epistolar de Françoise Ega, ambas as obras são construídas com alicerce nas dores, alegrias, humilhações, contextos sociais, cenários políticos e econômicos que narram, sendo todos esses elementos componentes interseccionais de anulação da existência de cada uma delas. Tendo plena consciência de sua condição em relação à Carolina Maria de Jesus, já que possuía grau um pouco maior de letramento e instrução formal, Françoise Ega se dedicou, por meio de intenso ativismo e ações humanitárias, a auxiliar mulheres e homens de origem antilhana que imigravam para a França e vivenciavam experiências e situações de exploração e exclusão mais degradantes do que a sua. Afinal, tinha um lar para regressar: “Carolina, sou uma privilegiada, quando deixar a patroa e seus panos de pó, tenho um abrigo, uma família à minha espera e mais trabalho do que se possa imaginar.” (EGA, 2021, p. 40).

Siqueira e Lucena (2020) destacam que Françoise Ega teve, em vida, apenas uma obra publicada: *Le Temps des Madras: Récit De La Martinique* (1966). A obra, composta por 18 capítulos, narra as memórias de sua infância. Postumamente, foram lançados os seguintes livros: *Cartas a Uma Negra* (1978), lançado também após a morte de Carolina Maria de Jesus, sua interlocutora idealizada, sendo traduzido para o Português, pela primeira vez, em 2021, e *L'Alizé Ne Souflait Plus (Antan Robè)*, em 2000, um romance sobre o alistamento e serviço militar de homens e mulheres das Antilhas, na Segunda Guerra Mundial.

“Conheço Tudo o que Escreveste”

Como ponto de partida para a construção do elo que estabelece o diálogo projetivo entre Françoise Ega e Carolina Maria de Jesus, o periódico *Paris Match*, edição de Maio de 1962, atuou como elemento decisivo para desencadear esse processo. Certamente, após a leitura da reportagem onde era relatada a história da escritora brasileira, contida em *Quarto de Despejo* que, por sinal, não foi lido por Françoise Ega, a autora antilhana identificou as diversas semelhanças entre sua situação, juntamente com a de suas companheiras caribenhas, e as experiências relatadas no diário de Carolina, no que tange à ocupação dos espaços sociais, frutos de diversos processos excludentes e de pontos

originários diversos, que as marginalizavam por meio da interseção entre eles, relegando-as ao “quarto de despejo” de suas respectivas realidades sócio-históricas. (SIQUEIRA E LUCENA, 2020).

A transposição das impressões empíricas das autoras para a escrita, utilizando as respectivas formas de carta e diário, reverbera como meio literário de expressão que, através do caráter pessoal de ambos os gêneros textuais, de forma peculiar, favoreceu a intenção de interlocução idealizada da escritora caribenha com a brasileira, já que esse processo é composto por dois níveis de realidade: o primeiro tange ao perfil subjetivo de Françoise Ega e Carolina Maria de Jesus, como também ao modo de expressá-lo em suas narrativas. Já o segundo está ligado à maneira de interpretar a realidade empírica que reveste o olhar das escritoras sobre o mundo real.

De acordo com Carneiro e Machado (2021, p. 248), pelo fato de Françoise Ega não ter conseguido acesso direto ao livro de Carolina Maria de Jesus, “o esposo da autora chegou a procurar o jornalista que escreveu a reportagem para a revista *Paris Match*, para que o ajudasse a conseguir um exemplar, mas não foi bem sucedido”. A matéria, cujo título é *Escreveu um Best-Seller com Papel Recolhido no Lixo*, catalisou a atenção de Ega que, no momento em que leu a reportagem, rumava para o trabalho como empregada doméstica em um transporte coletivo: “Eu descobri você, Carolina, no ônibus.” (EGA, 2021, p. 6)

Esse acontecimento mostrou-se suficiente para que a autora, residente na França, desencadeasse uma “conversação” com a escritora de *Quarto de despejo*, tornando-a sua almejada destinatária. Na missiva de “Maio de 1962”, acerca da semelhança entre aspectos relativos às escassas e causticantes condições de sobrevivência em suas histórias de vida, Françoise Ega é taxativa: “[...] Na favela, você nunca foi capaz de pensar em nada além do pão de cada dia. Penso que isso me aproxima de você, Carolina Maria de Jesus” (EGA, 2021, p. 7). Na epístola inaugural de *Cartas a Uma Negra*, “Maio de 1962”, a autora deixa claro que, enquanto as pessoas adquiriram a obra mais famosa de Carolina Maria de Jesus por mera curiosidade. Ela, por vivenciar muitas das tecnologias de poder que embotam sua existência e tentam anular sua humanidade, assim como a brasileira, nunca o faria: “tudo o que você escreveu, eu conheço” (EGA, 2021, p. 5). A expressão desse estreito elo entre ambas, nesse fragmento, reside nas similaridades das adversidades enfrentadas, originárias de diversos fatores e convergentes em engendramentos institucionais discriminatórios, nas relações sociais e, especificamente, de subalternação que as colocam às margens das sociedades das quais faziam parte, premissa basilar da conversa estilizada entre as escritoras.

Carolina Maria de Jesus (2014, p. 33), no diário de 17 de maio de 1958, expressa insatisfação e ânsia pela morte. A angústia e falta de perspectivas por melhorias acarretam o seguinte questionamento: “Será que os pobres de outro País sofrem igual aos pobres do Brasil?” Em *Cartas a Uma Negra*, Françoise Ega começa a redigir suas epístolas no mesmo mês em que a brasileira levantou a pergunta citada. Na missiva de Maio de 1962, Ega (2021, p. 5) responde à brasileira: “Pois é, Carolina. As misérias dos pobres do mundo

inteiro se parecem como irmãs.”

Mesmo sabendo que provavelmente não receberia resposta alguma de Carolina Maria de Jesus, Françoise Ega continua a elaborar suas cartas. Porém, uma possível interlocução pode ser conjecturada nos enunciados de *Quarto de Despejo*. A brasileira destaca um ponto de vista ao qual, tempos depois, a autora antilhana daria continuidade, por meio do relato de suas experiências como mulher negra e pobre, em um contexto tornado periférico. No diário “02 de maio de 1958”, Carolina Maria de Jesus afirma que não é apática, não estando insensível à dor de levar uma vida de privações, fome e miséria. Por essa razão, a afirmativa antecede uma finalidade: “[...] Há tempos que eu pretendia fazer o meu diário. Mas eu pensava que não tinha valor achei que era perder tempo” (JESUS, 2014, p. 28). Nessa passagem, como se antecipasse uma comunicação futura, enuncia que, anteriormente, percebia-se desprovida de valor, percepção sobre si mudada pelo ato de escrever.

Na carta “20 de maio de 1962”, Françoise Ega se dá conta de que as pessoas à sua volta não lhe conferem credibilidade, quando tomam conhecimento de que escreve: “Timidamente, eu disse para quem estava ao meu redor: ‘estou escrevendo um livro’. Riram de mim [...] Comecei então a escrever às escondidas” (EGA, 2021, p. 8). Postula, também, que tomou Carolina Maria de Jesus como referência: “Se você não tivesse se tornado minha inspiração, eu já teria atirado tudo para o alto, dizendo: De que adianta escrever?” (EGA, 2021, p. 8).

Partindo de um ponto de vista que leva em conta a especificidade da análise, tanto sócio-histórica quanto literária, de mulheres de ascendência afro-americana em situação diaspórica, é plausível frisar que a identificação projetiva de Françoise Ega com Carolina Maria de Jesus não tenha motivado propriamente um diálogo concreto, mas a necessidade de escrever, haja vista que ambas vivenciaram muitos dos mesmos processos de constituição interseccional, compostos por fatores como gênero, raça e classe que, guardados os devidos contextos, as atingiam. Ambas as autoras descendem de pessoas vitimadas pelo tráfico negreiro e, também, por essa razão, do ponto de vista estruturalmente histórico, vivenciaram o nível hierárquico de maior inferioridade da pirâmide socioeconômica das nações onde viveram.

Desse modo e por esse motivo, as confluências entre as narrativas de Françoise Ega e Carolina Maria de Jesus destacam a possibilidade de se pensar em uma correspondência literária que perpassou o Atlântico, o que as situa, de maneira expressiva, na escrita literária de mulheres em diáspora. Ainda que a intercomunicação não tenha sido concretamente efetivada, já que o envio cabal das cartas nunca foi uma intenção comprovadamente real da martinicana, ambas as escritoras, através dos pontos em comum em suas vidas, mostram-se estreitamente conectadas pela palavra, vivências e constatações sobre suas vidas, de modo que as respectivas obras se apresentam como em um diálogo também estilístico, por se encontrarem em espaço autobiográfico subjetivo e sedimentado na memória, o que favoreceu a interlocução entre os livros e, posteriormente, o estudo analítico de ambos sob a perspectiva decolonial, na esfera da interseccionalidade.

Literatura e Interseccionalidade Sob a Ótica do Feminismo Decolonial

Ao colocar em perspectiva de análise a interlocução, mesmo que de modo idealizado, entre *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, e *Cartas a Uma Negra*, de Françoise Ega, tendo como elementos de coexistência os aspectos relativos às questões de gênero, raça e classe (dos quais derivam as interseções que fomentam os processos persecutórios e excludentes que afetam as mulheres negras e economicamente desfavorecidas) é fundamental que não se ignore, especificamente, que as autoras são afro-americanas. Este fato evoca a necessidade de utilização, como suporte teórico do presente estudo, uma perspectiva que parte do Feminismo Decolonial como observação e compreensão dos fatores interseccionais que pontuam as histórias de vida das escritoras. Como componentes de massiva relevância para a observação, o entendimento e posteriores conjecturas acerca desse contexto, mostram-se indispensáveis o conhecimento da situação diaspórica na qual estão inseridas as mulheres de origem africana nascidas no continente americano (especialmente as que têm países latinos como berço) e as desigualdades socioeconômicas provocadas pelo capitalismo, que afetam as mulheres negras de forma específica e precisa.

A mescla de fatores interseccionais que constituem um sólido aparelho ideológico do Estado³, no que tange à estruturação e perpetuação dos processos de silenciamento, opressão e exclusão sócio-histórica dos quais são alvos as mulheres negras e pobres no transcorrer da História é objeto de investigação e produção acadêmica de muitas pesquisadoras, como Angela Davis, Kimberlé Crenshaw e Patricia Hill Collins, que estudam a interseccionalidade como um conceito que categoriza a relação de interdependência das questões que envolvem raça, classe e sexo, enfatizam a relevância do entendimento desses elementos como causadores de impacto social, bem como da sexualidade e de que forma essas categorias influenciam a vida e a identidade das mulheres negras. Segundo Collins e Bilge:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (COLLINS; BILGE, 2020, p. 16-17).

Em 1981, antes mesmo de a expressão *interseccionalidade* ter sido categoricamente

³ Louis Althusser, na obra *Aparelhos Ideológicos do Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos do Estado*, cuja primeira publicação data de 1970, conjectura acerca do uso das instituições que compõem a sociedade como instrumentos mantenedores do *Status Quo* que solidifica o maniqueísmo que fomenta a opressão e dominação de classes que promovem as desigualdades sociais, como também sobre a conveniência do caráter volátil da ideologia para esse fim.

definida por Kimberlé Crenshaw (1989), Angela Davis⁴ publicou, pela primeira vez, *Mulheres, Raça e Classe*, obra na qual explicita o caráter essencial da consideração da intersecção destas categorias como instrumento de compreensão dos processos discriminatórios que atingem as mulheres negras. Djamila Ribeiro (2016), feminista negra brasileira, define a obra de Davis como a “tradução do conceito de interseccionalidade.” Efetuando o recorte de raça, gênero e classe simultaneamente, Davis (2016) expõe o racismo dentro dos próprios movimentos feministas. Alerta, também, que as grandes narrativas que estereotipam a mulher como “recatada e do lar” não davam lugar às mulheres negras, haja vista que, nos mesmos apontamentos, sempre figuravam executando serviços pesados e em condições laborais desumanas, principalmente como escravizadas e “exercendo as mesmas atividades braçais que homens, mas sendo violentadas como fêmeas” (DAVIS, 2016, p. 19). O feminismo idealizado por e para mulheres brancas tentou universalizar, a partir de um ponto de vista monológico e pautado por certos privilégios não desfrutados ou mesmo vislumbrados por mulheres negras, a experiência de ser mulher.

Crenshaw (1989), ao concretizar o termo *Interseccionalidade* como categoria teórica, postula que qualquer tentativa de análise que não considere as intersecções, não se mostrará suficiente para o alcance do entendimento das peculiaridades das experiências às quais as mulheres negras são subjugadas. Dessa forma, interseccionalidade deve ser utilizada para identificar as consequências da interação entre dois ou mais eixos de subordinação, como também evidenciar de que forma, as ações específicas podem colaborar para a criação de opressões, nos eixos sociais nos quais se encontram.

Na esfera da crítica literária como instrumento de análise da convergência dos elementos e fatos narrados em *Quarto de Despejo* e *Cartas a Uma Negra*, cuja interlocução evidencia semelhanças inegáveis entre as muitas dores e lutas de suas autoras, advindas das contínuas vivências de opressão e exclusão cotidiana, a interseccionalidade mostra-se de suma eficácia para a identificação e compreensão dos fatores e processos de segregação e renegação de suas presenças ou mesmo a invalidação de suas existências, pois a sólida estruturação do racismo, machismo e elitismo das sociedades das quais eram parte, muitas vezes, as colocavam na condição do “não ser”, procurando aniquilar sua subjetividade e direito a vez e voz. Porém, um elemento em comum entre as escritoras evoca a necessidade de contemplar e investigar o aspecto interseccional pelo viés do feminismo decolonial devido não somente ao conteúdo de suas respectivas obras, mas também às histórias de suas vidas enquanto composição pessoal: suas origens. A brasileira Carolina Maria de Jesus e a martinicana Françoise Ega, ambas de ascendência africana, nascidas no continente americano, mesmo tendo escrito seus livros antes dos conceitos neste trabalho abordados serem criados e discutidos, em âmbito acadêmico ou social, discorreram sobre feminismo e decolonialidade por meio da força e pungência de suas

⁴ A edição de *Mulheres, Raça e Classe* que serve de suporte teórico para o a presente análise foi publicada no Brasil pela Editora Boitempo, em 2016.

narrativas.

Para fundamentar o estudo e compreensão da Interseccionalidade presente na escrita de Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega por meio da ótica feminista decolonial, é fundamental que se realize a recuperação da ancestralidade de diversas outras autoras e pensadoras negras em situação diáspórica, de origem africana, nascidas ou vivendo nas Américas. Um necessário ponto de partida para essa retomada consiste na revisitação do discurso de Sojourner Truth, feito em 1851, durante Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio (*Eu não sou uma mulher?*), posteriormente, sendo importante a criação do Coletivo *Combahee River*, organização negra lésbica criada nos anos 1970, em Boston, com particular proeminência das irmãs Barbara e Beverly Smith, que alcançaram outras autoras e se tornaram referências na atualidade: as afro-estadunidenses Angela Davis, Audre Lorde, Bell Hooks e Patricia Hill Collins, entre várias outras. As teóricas afro-latinas, particularmente as brasileiras Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Jurema Werneck e Luiza Bairros, também já efetuavam análises e reflexões acerca de raça, gênero, classe, território e outras intersecções de processos opressivos antes do conceito de interseccionalidade ganhar notoriedade, de acordo com Silva e Menezes (2020), na esfera acadêmica.

Akotirene (2019) evidencia precisamente o pensamento decolonial, especialmente de autoras e autores latino-americanos da concepção de Modernidade, Colonialidade e Decolonialidade (MCD), entre os quais Aníbal Quijano, Ramón Grosfoguel e Walter Mignolo, como também as feministas decoloniais, a chicana Gloria Anzaldúa, a argentina María Lugones, além da afro-dominicana Ochy Curiel, caracterizadas pela enorme solidez de trajetórias:

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (AKOTIRENE, 2019, p. 19).

Acerca dos antagonismos originários da colonialidade de gênero, Lugones afirma:

A perspectiva da diferença colonial revela também as oposições concretas vividas na experiência cotidiana da colonialidade de gênero. O feminismo decolonial promove a crítica contra a universalidade imposta pela modernidade colonial reivindicando intersecções de gênero, raça, classe e sexualidade na epistemologia feminista. (2007, p. 42).

As desigualdades econômicas originárias do capitalismo vigente nos países sul e centro-americanos, enquanto causadoras de processos opressivos e excludentes, também constituem fator de análise em *Quarto de Despejo* e *Cartas a Uma Negra*, por meio de uma série de características verificadas nas narrativas das obras, guardadas as devidas diferenças. Carolina Maria de Jesus é catadora, favelada, e Françoise Ega, trabalhadora doméstica. Cada uma, em seu contexto, passa por privações socioeconômicas resultantes

da dureza de suas vidas diárias, o que torna evidente que o sistema capitalista afeta mais incisivamente as mulheres negras, em particular. Tomando esse fato como ponto de partida, o feminismo decolonial sugere uma das mais estimulantes elucubrações históricas e teóricas acerca da observação antropológica do capitalismo. Em vez de apreendê-lo como um sistema fechado e individual, teóricas feministas decoloniais entendem o quão massivamente o capitalismo, como um todo, sempre esteve atrelado não somente à colonização, como também ao heteropatriarcado, ao cissexismo e ao racismo. Portanto, essa linha de pensamento anticapitalista, dentro da perspectiva feminista decolonial, consiste na tentativa de conceitualizar não só o capitalismo como um aparelho estrutural de dominação, mas também como um fator interseccional de direcionamento social, político e, por conseguinte, econômico.

Os elementos que constituem o modo de poder global, eurocêntrico e capitalista não se separam e nenhum deles é anterior aos processos que constituem os seus padrões. Na verdade, a representação mítica desses elementos enquanto metafisicamente anteriores, é um aspecto importante do modelo cognitivo do capitalismo global e eurocêntrico. (LUGONES, 2007, p. 190).

Em nível de proposta e interesse, o feminismo decolonial aponta a necessidade de comprometimento com a tarefa de originar uma postura crítica mais profunda e abrangente, expansiva, do capitalismo, enquanto elemento interseccional de exclusão, que encaixa o gênero, o sexo e a sexualidade no seu cerne, constituindo uma das finalidades basais do plano intervintivo de María Lugones. Para a efetivação de sua proposição, opta por preservar parte da definição de Quijano (2000) de que colonialidade, modernidade e capitalismo consistem em um sistema único, argumentando que a organização sistemática de gênero colonial moderno é um pilar igualmente essencial desse aparelho:

A visão de Quijano pressupõe uma concepção patriarcal e heterossexual da luta pelo controle do sexo, de seus recursos e produtos. Quijano aceita um entendimento capitalista, eurocêntrico e global do gênero, ocultando as maneiras nas quais mulheres colonizadas e não-brancas foram subordinadas e desprovidas de poder. (LUGONES, 2008, p. 78).

Por haver teóricos que ainda ignoram os processos interseccionais de subjugação sofridos por mulheres fora do conceito eurocêntrico de feminismo, é necessário destacar o chamado realizado por Houria Bouteldja (2016), que aponta para o perigo da definição pelo caráter salvacionista das teorias feministas com berço na Europa, a partir do momento em que a decolonialidade corre o risco de se afastar do projeto original, ideia que se mostra convergente com a análise crítica efetuada por Françoise Vergès (2020) em *Um Feminismo Decolonial*. Na obra, a autora explicita a islamofobia de feministas brancas que se classificam como progressistas, de esquerda, em países europeus. Além disso, Bouteldja confronta a ideia de que as feministas negras estadunidenses foram as primeiras a concatenarem ideias sobre gênero, raça e classe. Segundo ela, “os colonizadores e os

racistas foram os primeiros a explorarem a interseccionalidade, o que significa que o conceito pode ter um uso repressivo ou negativo." (BOUTEDJA, 2016, p. 6).

Partindo de uma observação decolonial do conteúdo empírico de *Quarto de Despejo* e *Cartas a Uma Negra*, é notável o caráter diaspórico da constituição das histórias de suas autoras, o que é relativo ao quadro particular de socialização de mulheres afrodescendentes, o que torna rapidamente compreensível o fato de que Françoise Ega teria se identificado com Carolina Maria de Jesus, decidindo, também, começar a escrever. Tanto Carolina Maria de Jesus quanto Françoise Ega são descendentes de africanos escravizados nos processos do tráfico humano para o continente americano e, mesmo que as experiências que Françoise Ega teve enquanto mulher pobre, primeiramente em uma divisão francesa e, posteriormente, na própria França, sejam, em parte, diferentes das de Carolina Maria de Jesus no Brasil, as duas vivenciaram o nível mais baixo da organização socioeconômica de seus países, experimentando continuamente os sistemas interseccionais de opressão aos quais eram suscetíveis.

Apesar das diferenças pontuais entre as histórias de vida de ambas as escritoras, outro fator a ser considerado reside no panorama em que a escolarização das mulheres brasileiras está diretamente relacionada aos temas domésticos, fato perceptível também na vida da autora antilhana, característica marcante em ambas as obras, acentuada pelos estilos narrativos centrados na autobiografia e no documental. A escrita de um diário e de cartas também não pode ser compreendida como algo à parte do fazer literário, sendo a Literatura um campo de refúgio para reflexões, debates e figurações diversas não só da criatividade ficcional, mas também da realidade em todas as suas instâncias. Por essa razão, Françoise Ega e Carolina Maria de Jesus estão inseridas em uma tradição literária.

Segundo Moreira (2007, p. 75) "a luta das mulheres negras é comprometida com o resgate das suas histórias, recriando em suas potencialidades a tentativa de buscar mudanças que permitam novas experiências relacionais de poder na sociedade". Nesse âmbito, mesmo que existam compêndios acadêmicos e literários voltados ao estudo do tema, urge a necessidade de análises sistemáticas quantitativamente expressivas.

Nesse sentido, o papel de Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega não só na produção literária de combate e resistência, mas também na luta por igualdade e lugar de existência e discurso, consiste na preservação de suas histórias, como mulheres diaspóricas, bem como no resgate de sua ancestralidade. Nessa esfera, o papel da memória reside na celebração do passado, distante ou próximo.

Decorridos os séculos da escravidão, permanecem os estigmas sociais, e com ênfase o cotidiano das mulheres negras afro-americanas, diaspórica, portando o fardo dos lugares no contexto da casa grande e senzala. Assim, colocar em foco os relatos pessoais de mulheres negras é trazer para o centro do discurso experiências de um coletivo que foi mantido à margem como massa categorizada, estigmatizada e incipiente⁵. (CLARK, 1963, p.

⁵ Tradução nossa, a partir de *The Negro Protest: James Baldwin, Malcolm X, Martin Luther King talk with Kenneth B. Clark*, obra publicada originalmente em 1963.

Portanto, a autoria feminina negra, aqui representada por Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega, bem como pela interlocução entre suas obras, pode ser traduzida, por meio do viés feminista decolonial de seu estudo e interpretação, como um chamado ao não silenciamento de suas vozes por processos interseccionais de exclusão. O atendimento a essa evocação se dá por meio da conexão de sua leitura com bases epistemológicas decoloniais e feministas negras, sendo estas continuamente válidas e dotadas de força para motivar a criação de campos de resistências, debates e lutas, em um organograma social, econômico e político que é estruturalmente capitalista, racista, sexista, lgbtfóbico, que engendra, diariamente, uma série de processos opressivos e excludentes. O que Carla Akotirene (2019) postula é que uma luta contra a opressão não pode nem deve derivar de outros meios de perseguição e negação do direito ao lugar de fala e existência de todas as mulheres negras, diáspóricas ou não.

Autoria feminina afro-americana: horizontes decoloniais

A interlocução entre as obras *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus e *Cartas a uma negra*, de Françoise Ega, partindo da análise dos fatores interseccionais presentes em sua composição narrativa pelo prisma do feminismo decolonial, torna perceptível a urgência de atentar para o fato de que tanto a produção literária de Carolina Maria de Jesus quanto a de Françoise Ega necessitam de aportes teóricos e epistemológicos mais específicos para que se possa realizar o seu estudo sob um foco analítico mais abrangente e plural, haja vista que ambas as escritoras são de origem africana e nascidas em países do continente americano, o que, automaticamente, neutraliza qualquer tentativa de compreender a vida e obra das autoras por meio de algum viés feminista de modelo eurocêntrico. Em *Quarto de despejo*, quando Carolina Maria de Jesus expõe o duro cotidiano das favelas e em *Cartas a Uma Negra*, quando Françoise Ega encontra pontos de identificação com a história de vida da escritora brasileira, passando então à condição de ativista em prol dos direitos dos imigrantes caribenhos na França e, por meio desta, denunciando também a exploração e exclusão social sofrida pelas mulheres trabalhadoras antilhanas, ambas evidenciam panoramas narrativos e estéticos que, quando lidos de forma paralela, proporcionam o alcance e a elaboração do conceito de literatura feminina afro-americana, apropriadamente compreendida pelas lentes do Feminismo Decolonial.

A utilização dos conceitos de interseccionalidade e sua contemplação através de base teórica feminista colonial, em estudos literários pertinentes à autoria feminina negra e americana, como é possível verificar, vai de encontro com um conjunto de particularidades concernentes a essa categoria de produção literária, pautada na pluralidade e riqueza empírica, que se origina não só na contemplação interpretativa das autorias dessas obras, mas também no conhecimento das tradições literárias negras, tanto caribenhos quanto

brasileiras. Por meio do feminismo decolonial como instrumento de estudo literário, torna-se plausível debater sobre os processos que acarretam o silenciamento e invisibilidade das autoras negras nos registros históricos da Literatura, o que torna notório o fato de que as autorias femininas de origem afro-americana, já estão delimitadas, no âmbito literário, em classificações exclusivamente negras.

Por essa razão, no que é relativo ao exame da interseccionalidade na literatura de autoria feminina afro-americana, como também por sua análise pelo ponto de vista feminista decolonial, as obras de Françoise Ega e Carolina Maria de Jesus ainda têm muito para conversar não só entre si, mas principalmente com os leitores presentes e futuros. Muitos elementos análogos ainda podem ser constituídos, interpretados e socialmente debatidos através da interlocução entre as duas e com a sociedade. Esses diálogos idealizados entre Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega podem ser transformados em poderosas formas não só de repensar o estudo da Interseccionalidade na Literatura, mas de pensar no Feminismo Decolonial como catalisador de novos horizontes onde, no futuro, sejam extintas ou, pelo menos, minimizadas as práticas de silenciamento e seja dada a devida e merecida visibilidade, literária e social, às autoras negras, ainda na contemporaneidade.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos do Estado*: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado. Trad. de Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico*: o que é, como se faz. 52. ed. São Paulo: Parábola, 2009.
- BAKTHIN, Mikahil. *Os Gêneros do Discurso*. Trad. de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- BOUTELDJA, Houria. Raça, classe e gênero: uma nova divindade de três cabeças. *Cadernos de Gênero e diversidade*, v. 2, n. 2, p. 5-9, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/20686>. Acesso em: 13 jan. 2023.
- CARNEIRO, Vinícius; MACHADO, Maria-Clara. Tão longe, tão perto. In: EGA, Françoise. *Cartas a uma negra*. São Paulo: Todavia, 2021. p. 237-252.
- CLARK, Kenneth Bancroft. *The Negro protest*: James Baldwin, Malcolm X, Martin Luther King talk with Kenneth B. Clark. Boston: Beacon Press, 1963.
- COLLINS, Patrícia. Hill.; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Trad. de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *The University of Chicago Legal Forum*, n. 140, p. 139-167, 1989.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

ECO, Umberto. *Obra aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. Trad. de Giovanni Cutolo. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1971.

EGA, Françoise. *Cartas a Uma Negra: narrativa antilhana*. Trad. de Vinícius Carneiro e Mathilde Moaty. São Paulo: Todavia, 2021.

FOUCAULT, Michel. A Escrita de Si. In: MOTTA, Manoel Barros da. (org.). *Ética, sexualidade, política*. Trad. de Elisa Monteiro; Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 144-162.

GENETTE, Gérard. *Discurso da narrativa*. Trad. de Fernando Cabral Martins. Lisboa: Veja, 1980.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

ISER, Wolfgang. A interação do texto com o leitor. In: JAUSS, Hans Robert et al. *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Trad. e Coord. de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 83-132.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: Diário de Uma Favelada*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

LEITE, Marli Quadros. *Preconceito e intolerância na linguagem*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2022.

LEJEUNE, Philippe. *El Pacto Autobiográfico y otros estudios: el mundo iluminado*. Trad. de Ángel G. Loureiro. Ciudad del México: Lumen, 1998.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, n. 9, 2008, p. 73-101.

LUGONES, María. Heterosexualims and the Colonial / Modern Gender System. *Hypatia*, v. 22, n. 1, p. 186-209, 2007.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de Termos Literários*. São Paulo: Cultrix, 1974.

MOREIRA, Núbia Regina. *O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo*. 121 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2007.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad de poder y clasificación social. *Journal of World Systems Research*, v. 1, n. 2, p. 342-386, 2000.



RIBEIRO, Djamila. “É preciso discutir por que a mulher negra é a maior vítima de estupro no Brasil” – Entrevista concedida Marina Novaes. *El País*, São Paulo, 23 jul. 2016 às 14h28. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/14/politica/1468512046_029192.html. Acesso em: 13 jan. 2023.

SILVA, Roseane Amorim da; MENEZES, Jaileila de Araújo. A interseccionalidade na produção científica brasileira. *Pesqui. Prát. Psicossociais*, São João Del Rei, v. 15, n. 4, oct./dez. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000400010. Acesso em: 12 jan. 2023.

SIQUEIRA, Samanta Vitória; LUCENA, Karina de Castilhos. Aquela que diz não à sombra: biografia e obra da escritora martinicana Françoise Ega. *Calígrama*, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 57-75, 2020. Disponível em: <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/calígrama/article/view/17136>. Acesso em: 13 jan. 2023.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo Decolonial*. Trad. de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo São Paulo: Ubu Editora, 2020.

NOTAS DE AUTORIA

Waldimiro Maximino Tavares César (waldimiro.cesar@seducam.pro.br) possui graduação em Letras/Língua e Literatura Portuguesa pela Universidade Federal do Amazonas (2006). Pós-graduação Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional Tecnológica (EPT) pelo Instituto Federal do Espírito Santo (2021). Atualmente, Professor do Ensino Fundamental e Médio da Secretaria de Educação e Desporto do Estado do Amazonas (SEDUC-AM) e discente do Programa de Pós-Graduação em Letras pela UFAM. Experiência na área de Letras, com ênfase em Autoria Feminina Negra, Interseccionalidade e Feminismo Decolonial.

Elis Regina Fernandes Alves (elisregi@ufam.edu.br) possui graduação em Letras-UEM (2003), mestrado em Letras-UEM (2007), e doutorado em Letras-UNESP (2018). Professora adjunta da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, no curso de Letras do IEAA – Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente de Humaitá-AM desde 2009. Atua no PPGL-UFAM (Manaus), orientando, principalmente em temáticas voltadas à crítica literária feminista, feminismo negro, interseccionalidade, feminismo decolonial, memória e pós-colonialismo.

Gabriela Gomes Reis (gabbii.blue99@gmail.com) é graduada em Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa e suas Literaturas pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Atualmente, discente do Programa de Pós-Graduação em Letras pela UFAM. Possui experiências na área de Letras, com foco na Literatura, atuando principalmente nos temas: escrita pós-colonial, memória, outremização e diáspora.

Agradecimentos

Não se aplica.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da ABNT

CÉSAR, Waldimiro Maximino Tavares; ALVES, Elis Reina Fernandes; REIS, Gabriela Gomes. Feminismo, Interseccionalidade e Decolonialidade no Diálogo Entre Quarto de Despejo e Cartas a Uma Negra. *Anuário de Literatura*, Florianópolis, v. 28, p. 01-20, 2023.

Contribuição de autoria

Waldimiro Maximino Tavares César: Levantamento teórico crítico, análise, elaboração do manuscrito, redação, discussão dos resultados.

Elis Regina Fernandes Alves: Orientação da pesquisa, levantamento teórico, análise, revisão crítica, ortográfica e gramatical.

Gabriela Gomes Reis: Levantamento teórico crítico, análise, elaboração do manuscrito, redação, discussão dos resultados.



Financiamento

Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Conflito de interesses

Não se aplica.

Licença de uso

Os/as autores/as cedem à Revista Anuário de Literatura os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY\) 4.0 International](#). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Publisher

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Literatura. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus/suas autores/as, não representando, necessariamente, a opinião dos/as editores/as ou da universidade.

Histórico

Recebido em: 18/04/2023

Revisões requeridas em: 19/06/2023

Aprovado em: 14/10/2023

Publicado em: 30/10/2023

